

# APRESENTAÇÃO

REGINALDO SOUZA SANTOS  
FÁBIO GUEDES GOMES

**P**REZADO LEITOR,  
A edição de número 5 da Revista Brasileira de Administração Política — **Rebap** — dá um passo importante na consolidação dos estudos e reflexões acerca da *administração política* como campo do conhecimento. Isso já tinha sido evidenciado pela qualidade dos textos que compuseram as edições anteriores. Neste número, a perspectiva da *administração política* ultrapassa, também, os limites científicos e alcança uma preocupação, extremamente pertinente para os destinos da nossa sociedade, qual seja: o desenvolvimento do Brasil.

Foi com o objetivo de discutir essa problemática que, neste ano, realizou-se, na cidade de Garanhuns, nos dias 7, 8 e 9 de janeiro, um encontro com diversos pesquisadores e alunos de instituições de educação superior do país, na perspectiva de refletir qual o papel da *administração política* e sua crítica ao modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental vigente no Brasil. Dois dos principais documentos apresentados e elaborados na ocasião estão publicados na edição que apresentamos. O primeiro deles trata-se do texto que serviu de balizamento para as discussões, o *Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*, originalmente escrito pelo professor Reginaldo Souza Santos (EAUFBA). Este texto tem uma importância seminal, porque é a síntese do pensamento mais elaborado do que propõe a *administração política* como campo do conhecimento e sua *práxis*. Existe uma preocupação fundamental em apontar as deficiências de interpretação e crítica da ciência econômica e as fragilidades da administração, como áreas do conhecimento, em suas ações e propostas na gestão dos macroprocessos sociais e econômicos.

A intencionalidade do texto *Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil* pode ser interpretada como um prolongamento de um problema que há muito já fazia parte das preocupações de um dos maiores cientistas sociais do século XX no Brasil, Celso Furtado. Recentemente, foram publicadas algumas notas de aula que Furtado tinha preparado para um curso que foi convidado a ministrar, em 1975, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, um ano depois de ter recuperado seus direitos políticos cassados pelo golpe militar de 1964. Foi a primeira e única vez que ele daria aulas no Brasil. Dissertando sobre os conceitos fundamentais e elementos de uma teoria do desenvolvimento econômico, o demiurgo do Brasil, como assim o denominava o sociólogo e economista Francisco de Oliveira, comentou sobre a economia nacional:

O conceito de economia nacional, que implica a existência de *centros de coordenação política das atividades econômicas*, permite de alguma forma integrar duas esferas de decisão que o economista correntemente isola. Não se pode compreender a estrutura e o funcionamento de uma economia nacional sem considerar simultaneamente as decisões econômicas e as políticas. Ora, os economistas lidam com problemas que eles imaginam ter soluções ótimas ou subótimas, enquanto os políticos lidam com conflitos, que são arbitrados em função das relações de forças subjacentes ao sistema de poder. *Seria ingênuo pretender entender as decisões políticas sem pretender entender o funcionamento do sistema econômico sem um adequado conhecimento do sistema político e das estruturas a ele ligadas*. Portanto, *o estudo da economia tem suas raízes no conhecimento das estruturas sociais e na forma como nessas estruturas se geram as relações de poder*<sup>1</sup> (itálico nosso).

Ora, a preocupação e crítica de Celso Furtado feita, há quase quarenta anos, à ciência econômica dominante é um reconhecimento de sua incapacidade de reconhecer que as decisões e a coordenação dos processos num sistema econômico nacional são elementos muito mais complexos que os esquemas de interpretação meramente instrumentais, racionalistas e extre-

---

<sup>1</sup> Celso Furtado. *Economia do Desenvolvimento*. Curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto-Centro Internacional Celso Furtado, 2008, p. 33 (Arquivos Celso Furtado, vol. 2).

mamente modelados. Também, que a compreensão da gestão das relações sociais e a coordenação dos macroprocessos não são tarefas simples que podem ser interpretadas e conduzidas por sujeitos formados no *establishment* da administração, quase sempre “treinados” em textos-manuais acrílicos e não históricos que receitam operações e racionalizam instrumentos de intervenção. Por fim, se o estudo da economia deita suas raízes no conhecimento das estruturas, podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que é nesse campo que a *Administração Política* assume sua competência. Pois, os processos econômicos são cadeias de decisões e não existe organização sem coordenação e controle, e para que esses elementos se constituam são necessários centros de decisão capazes de elaborar e executar os grandes objetivos. A *Administração Política* como campo de conhecimento busca, justamente, compreender essas estruturas e seus centros de decisão, e, se possível, também, ser propositiva na gestão nesses *loci* de poder. O próprio *Manifesto*. . . deixa isso muito claro em seu início que sua intenção

é revelar os equívocos que vêm sendo cometidos na direção dos nossos destinos e nos posicionar a respeito dessa questão, fazendo a Administração assumir a responsabilidade na construção de uma proposta alternativa aos decepcionantes resultados, até aqui alcançados, dados pela orientação feita pela Economia — certamente que a Administração tem muito que exercitar aprendizagem nesse campo da gestão (concepção) dos macroprocessos.

Na importante reunião de Garanhuns, o sentimento que ficou impregnado em todos os presentes foi que o campo da *administração política* tinha realmente muito que dialogar e refletir sobre o desenvolvimento econômico, social e ambiental brasileiro. Ficou mais que evidente que a gestão e coordenação dos centros de decisão que influenciam a organização social, em sistemas complexos, devem ser exploradas cientificamente pela crítica da *administração política* e com a responsabilidade de retomar os aportes epistemológicos e metodológicos das ciências sociais não positivistas e reducionistas.

Ao final do Encontro, os participantes acordaram em produzir um documento, que está publicado nesta edição da *Rebap*, com o título de *Carta de Garanhuns: uma administração política para o desenvolvimento do Brasil*. Como os leitores perceberão, a *Carta*. . . é uma exposição de

interesses e agenda de trabalho que pretende difundir, em âmbito nacional, as linhas mestras da *administração política* e sua preocupação com o futuro da sociedade brasileira.

Na sequência, a **Rebap** traz cinco textos que têm preocupações distintas, mas unidos pela argamassa da discussão crítica no campo da *administração política*. O primeiro deles, de autoria das jovens estudantes Priscilla Barbosa & Sarah Filgeiras Lacerda, intitulado Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil: as lições que devem ser aprendidas. Objetiva fazer uma discussão do documento que balizou o Encontro de Garanhuns, pontuando as principais contribuições da reflexão e acentuando o caráter positivo e normativo do texto. O segundo trabalho, de autoria de Elinaldo Leal Santos & Wesley Gusmão Piau Santana, intitulado *Administração do desenvolvimento: contexto, desafios e perspectivas*, enfatiza a importância de se discutir justamente o desenvolvimento numa perspectiva mais ampla dentro do campo da administração, algo sem muito sentido para as principais linhas do *mainstream* acadêmico e científico da área. A pobreza epistemológica e metodológica dessa disciplina e sua incapacidade de discutir grandes temas de interesse para a sociedade e seu futuro são características mais fortes discutidas pelos dois autores. Em seguida, o texto *A administração da reprodução do capital vista pelas relações entre Estado e mercado*, de autoria de Thiago Chagas, faz uma longa digressão histórica e analítica sobre o desenvolvimento econômico capitalista, enfatizando a construção das ideias interpretativas e críticas subjacentes a esse processo. O objetivo geral do texto é refletir sobre o processo de acumulação capitalista como padrão de desenvolvimento econômico na modernidade, o papel das Instituições nesse processo (Estado e Mercado) e de que maneira a *administração política* pode assumir uma postura crítica e, ao mesmo tempo, ser propositiva nos limites do processo de reprodução capitalista. O texto de Fernando Cardoso Pedrão, intitulado *O estatuto histórico da ciência social na administração política*, retoma um debate extremamente complexo sobre o papel das ciências sociais na contemporaneidade na interpretação dos fenômenos que norteiam o desenvolvimento da sociedade capitalista. Com base em textos clássicos da filosofia e das ciências sociais, o trabalho elabora uma crítica sagaz à “cegueira” que contamina a teoria social, atualmente; e lança mão do estudo da história e da epistemologia das grandes narrativas e se preocupa com a práxis do indivíduo, com o culto ao grande capital e o prag-

matismo das ações políticas em detrimento da ação coletiva transformadora. O texto que fecha a edição 5 da **Rebap**, intitulado *Gestão social e gestão pública: interfaces, delimitações e uma proposta*, de Renato Dagnino, busca fazer uma crítica sobre a formação dos gestores públicos e propõe uma metodologia de prática pedagógica nesse sentido.

Enfim, como dito no início, com essa nova natureza de trabalhos, a **Rebap** vem se aproximando contínua e elevadamente da sua filosofia e da sua proposta epistemológica: por um lado, responsabilizar-se pela sistematização de toda a Administração Política dispersa nos outros campos do conhecimento e, por outro lado, a partir dessa tarefa integradora, construir um pensamento nesse campo que tenha uma concepção que possa compreender a totalidade — englobando aspectos históricos, transdisciplinares, culturais, simbólicos e ideológicos; e, assim, fazendo com que a Administração Política se coloque, verdadeiramente, como uma possibilidade crítica à gestão das relações sociais de produção e distribuição para além do âmbito empresarial e corporativo.

Boa leitura aos navegantes!!

*Reginaldo Souza Santos*

*Fábio Guedes Gomes*

